

Processo NLP nº 021/2016

Carta Convite nº NLP 003/2016.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras da CBC, referentes ao exercício social.

Resposta ao Recurso.

Recorrente: Audcorp Auditoria e Assessoria S/S

Sr. Presidente,

Trata-se de RECURSO interposto pela empresa AUDCOP AUDITORIA E ASSESSORIA S/S, contra a decisão desta Comissão de Aquisição que declarou vencedora a empresa MACIEL AUDITORES S/S da Carta Convite nº NLP nº 003/2016.

Relatório:

Em suas razões a empresa AUDCOP AUDITORIA E ASSESSORIA S/S alega, em síntese, que a empresa MACIEL AUDITORES S/S ofertou preço manifestamente inexequível, sob os termos do art. 48, II da lei Federal nº 8.666/93.

Em sede de contrarrazões a empresa MACIEL AUDITORES S/S argumenta no sentido de possuir plena capacidade de executar os serviços considerando os preços propostos.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica opina da seguinte forma, conforme se depreende do parecer de fls. nº 564-566:

- a) que não há no recurso interposto pela AUDCOP AUDITORIA E ASSESSORIA S/S nenhum argumento sólido que demonstre cabalmente a inexequibilidade da proposta da empresa declarada vencedora;
- b) que ao concluir pela inexequibilidade da proposta da empresa MACIEL AUDITORES S/S, poderia resultar em prejuízo à economicidade, haja vista que, também a ora RECORRENTE haveria de ter sua proposta



desclassificada, uma vez que a oferta desta última se aproxima do preço proposto pela empresa declarada vencedora;

- c) que não cabe a interpretação do art. 48 da Lei Federal nº 8.666/93, em razão de que o presente certame se processa através da observância aos termos do Regulamento de Compras e Contratações da CBCr;

É o relatório. Passamos a opinar.

Ausente qualquer prova concernente à suposta inexecutabilidade alegada pela empresa AUDCORP AUDITORIA E ASSESSORIA S/S, esta Comissão de Aquisição entende que não é o caso de acolhimento do Recurso.

Por sua vez, a empresa MACIAL AUDITORES S/S, ora recorrida, refuta as razões apresentadas pela recorrente e confirma sua proposta, no sentido de que o valor ofertado é suficiente para atender a todas as despesas envolvidas na prestação dos serviços.

Com efeito, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é farta e determinante no sentido de que o ônus da prova incumbe a quem acusa, e nesse aspecto a peça recursal da empresa AUDCORP AUDITORIA E ASSESSORIA nada trouxe de elemento objetivo, prova ou informação que sustente sua alegação.

Impende considerarmos que a empresa guerreada pela Recorrente demonstrou ser capacitada a cumprir o objeto licitado, conforme se infere dos atestados de Capacidade Técnica apresentados no rol documentos de habilitação examinados por esta Comissão de Aquisição na sessão pública de realização da presente Carta Convite.

Por outro diapasão, esta Comissão de Aquisição examinou a documentação e propostas das empresas participantes do certame em estreita observância às exigências estabelecidas no edital da Carta Convite NLP nº 003/2016, assim como aos termos do Regulamento de Compras e Contratações da CBCr, tendo proferido sua decisão de forma objetiva e sem qualquer afronta aos termos de ambos os diplomas em comento.

Diante do exposto, esta Comissão de Aquisição remete os autos do processo à Autoridade Competente para decisão final, entendendo, desde logo, não haver decisão a ser reformada, bem como não ter havido a comprovação da suposta inexecutabilidade da proposta da empresa MACIEL AUDITORES S/S, apontada pela

Recorrente, sugerindo seja mantido, salvo melhor juízo, o julgamento proferido constante da ata de realização da sessão da Carta Convite NLP nº 003/2016.

Campinas, 13 de junho de 2016.



LEONARDO ANDREOTTI PAULO DE OLIVEIRA
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO



PRISCILA PIRES DA SILVEIRA MORAES
MEMBRO



EDILSON NOVAIS DE SOUZA
MEMBRO

Processo NLP nº 021/2016

Carta Convite nº NLP 003/2016.

OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviços técnicos especializados de auditoria independente sobre as demonstrações contábeis e financeiras da CBCf, referentes ao exercício social.

TERMO DECISÓRIO

Nos termos do art. 18 do Regulamento de Compras e Contratações da CBCf e ante as razões expostas no Parecer Jurídico de fls. 564-566, e, ainda, com base nas informações prestadas pela Comissão de Aquisição, cujos fundamentos adoto como razão de decidir, conheço do recurso interposto pela Audcorp Auditoria e Assessoria S/S para, no mérito, negar-lhe provimento.

Campinas, 14 de junho de 2016.



Jair Alfredo Pereira
Presidente - CBCf